



## **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA VILA DE PEREIRA**

**ATA N.º 09/2016**

### **ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2016**

#### **I - ABERTURA**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, sob a Presidência de Ricardo Jorge Teixeira Martins, nesta Assembleia substituído pela primeira Secretária Delmina Maria Ferreira Leitão e secretariada por Manuel Rasteiro Gaspar e Carlos Carvalho Ferreira, teve lugar a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Pereira, no edifício-sede da Junta, com a presença dos restantes membros deste órgão, Carlos Rafael Dias Pinto, Maria Fernanda Ferro, José Figo Letra, Sandra Maria Rasteiro Gonçalves, Susana Ferreira em substituição de Jorge Rodrigues Gamito e Alexandrina Paiva. Presentes estiveram também os membros do executivo da Junta de Freguesia, Ana Maria dos Santos Ribeiro e Salvador António Simões Félix.-----

Foi a seguinte a ordem de trabalhos:-----

- 1.º Leitura e votação da ata da assembleia anterior;-----
- 2.º Informações;-----
- 3.º Aprovação da minuta de escritura pública de constituição do usufruto sobre o prédio urbano n.º 549.-----

#### **II - ANTES DA ORDEM DO DIA-----**

A Presidente da Assembleia em substituição, dá início à sessão cumprimentando os membros da mesa e todos os presentes, justificando a ausência do Presidente da Assembleia por motivos profissionais, e indicando como membro substituto Alexandrina Paiva pela bancada do PS que, encontrando-se na plateia, se disponibiliza para fazer parte dos trabalhos para efeitos de quórum.-----

De seguida deu a palavra aos membros da mesa para, a existirem, apresentarem as suas moções, dando a palavra ao Manuel Gaspar que, pela bancada do PS, apresentou uma Moção de Homenagem a título póstumo ao freguês Fernando Manuel Ribeiro Torres, pela dedicação e empenho às causas nobres que envolviam o nome da Vila de Pereira ao longo da sua vida, manifestando dessa forma, e em nome dos membros do Partido Socialista a sua perda com elevado sentimento de pesar e o total apoio emocional à família enlutada.-----

Levada a moção a aprovação foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

### **III - ORDEM DO DIA-----**

Quanto ao **ponto um** da ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia em substituição questiona os membros da mesa se prescindem da leitura integral da ata número três, referente à assembleia de cinco de julho, ao que todos concordam. Posteriormente, levando-a à apreciação, e nada havendo a alterar pelos membros, propõe a votação da mesma, sendo aprovada por maioria, com sete votos a favor e duas abstenções por parte da Alexandrina Paiva e Susana Ferreira que não se encontravam presentes.-----

Quanto ao **ponto dois** da ordem de trabalhos a Presidente da Assembleia em substituição dá a palavra ao Presidente da Junta que depois de apresentar os seus cumprimentos aos presentes, remete os membros para a lista oportunamente facultada aos membros, passando a elencar os trabalhos efetuados no período de tempo entre a Assembleia passada e a atual:" Resolução assídua dos problemas de iluminação pública; levantamento dos buracos da via pública e pedido à CMMV a sua reparação; Identificação e pedido de resolução de fugas de água canalizada e entupimento de caixas de saneamento básico; atendimento mensal do executivo na escola primária dos Casais Velhos; deserbagem e limpeza da Rua de Santiago, Estrada número 341 desde a Ponte do Paço até à Novapercampo, Rua do Tojal, Rua do Bárrio, Rua Olegário Pimentel, Rua Nossa Sra. do Pranto, Rua da Vila de Pereira, Rua da Fonte, Rua José Augusto Mendes dos Santos, Rua dos Cabecinhos, Rua da Boavista, Rua de Santa Rita, Rua da Torre, Largo da Torre, Rua da Aljaíbe, Rua das Gonçalves, Rua dos Mortórios, Rua da Misericórdia, Largo da Cheira, Largo de Santo Estêvão, Beco das Manhosas, Travessa do Vale d'Água, Urbanização da Quinta Dona Teodora; corte da relva dos jardins da freguesia; limpeza da UQSL; limpeza da zona envolvente à "praia fluvial"; limpeza e manutenção dos jardins da EBI; reparação dos jardins da freguesia; reparação de passeios e calçadas; limpeza do cemitério; colocação de sepulturas e reparações no cemitério; limpeza mensal das casas de banho da Feira; reparações assíduas no posto médico de Pereira; trabalhos diversos de carácter social; limpeza e desassoreamento periódicos

do ribeiro Falpêgo; limpeza do espaço envolvente à junta; limpeza do espaço envolvente à escola primária dos Casais Velhos; limpeza da periferia do posto médico; dreno na Rua dos Mortórios; dreno junto à Associação dos Amigos dos Casais Velhos e Casal do Mito; colocação de placas informativas.-----

De seguida, a Presidente da Assembleia em substituição interpela a mesa para alguma questão que queiram ver esclarecida, e, não havendo questões a colocar, passa ao **ponto três da ordem de trabalhos**, a Aprovação da minuta de escritura pública de constituição do usufruto sobre o prédio urbano n.º 549, dando a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia para que preste os esclarecimentos necessários.----

Prossegue o Presidente da Junta referindo que Pereira iria no mesmo caminho que outras freguesias que viram as suas extensões de saúde encerradas, mas que tendo sido o executivo alertado para o que poderia vir a ser uma realidade, reuniu com o Presidente da Junta de Freguesia de Santo Varão e o Presidente da Câmara de Montemor que sugeriu que fosse encontrado um local entre as duas freguesias onde pudesse ser erigida uma nova extensão de saúde que servisse a ambas. Mencionou O Presidente da Junta desconhecer um local com tais características, mas que em conversas tidas a propósito, foi sugerido que a extensão de saúde fosse deslocada para o edifício sede da Junta e por sua vez a Junta passasse para as atuais instalações onde funciona a extensão de saúde. Referiu que esta ideia foi bem aceite pelo executivo, e que andava há já algum tempo a ser discutida e trabalhada para que se tornasse uma realidade, porém, o facto da Junta de Freguesia não dispor de verbas para as obras, se tornou num obstáculo. Referiu junto do Presidente da Câmara de Montemor a ideia a que o executivo havia chegado para solucionar o problema do encerramento da extensão de saúde, ao que aquele, tendo concordado, solicitou ao executivo da Junta que formalizasse a sua intenção por escrito e a dirigisse à Câmara. Menciona que após algumas reuniões, foi asseverado pelo Presidente da Câmara encontrar-se disposto a concretizar as obras necessárias. Refere que não obstante a boa notícia, o facto da Câmara e da Junta comportarem natureza pública, é-lhes vedada a possibilidade de realizarem obras em edifícios que não são propriedade sua, pelo que surgiu então a ideia de outorgarem mediante escritura pública um usufruto a favor da Câmara do espaço da Junta por determinado período de tempo, abrindo assim a possibilidade da execução das mencionadas e necessárias obras a cargo da Câmara. Refere que o usufruto terá a duração de vinte anos o que só trará vantagens para a Vila e a sua população, mais referindo que poderá equacionar-se no futuro uma Unidade de Saúde Familiar, comportando por isso um horário de funcionamento mais alargado. Refere que no final dos vinte anos o espaço voltará novamente para a Junta

de Freguesia comportando as obras entretanto efetuadas, podendo nessa altura o usufruto ser prolongado, se essa for a vontade do executivo então em funções. Questiona de seguida se existe alguma dúvida quanto ao que acabou de explicar, referindo ainda que o Presidente da ARS do Baixo Mondego, a Diretora do Centro de Saúde de Montemor e o arquiteto já se deslocaram às instalações onde passará a funcionar a extensão de saúde, e que terão gostado bastante do espaço. Concordaram que seja feita uma zona com quatro arrumos na cave pois permitirá uma zona para limpos e outra para sujos.-----

Carlos Ferreira questiona se existe já um projeto de arquitetura para a reorganização do espaço para a extensão de saúde e o José Letra por sua vez questiona a existência de uma escritura pública em que conste que o edifício é de facto propriedade da Junta ou da Câmara Municipal, referindo ainda que a questão da extensão de saúde de Pereira foi divulgada no Jornal de Montemor.-----

Após uma breve troca de palavras o Presidente da Junta esclarece que o edifício é de facto da Junta de Freguesia, pois se fosse pertença da Câmara não seria necessário equacionar-se o usufruto. Quanto à divulgação da notícia, refere que o executivo foi apanhado de surpresa.-----

Manuel Gaspar menciona que por se encontrar ligado à área da saúde e por ter sido convidado, participou em algumas das reuniões mencionadas pelo Presidente da Junta, referindo que a questão em torno da extensão de saúde se encontra ultrapassada e que a sua solução se deve ao constante espírito de resiliência por parte do executivo que não desistiu de encontrar uma solução para obstar ao que seria o seu inevitável encerramento. Menciona ainda a presença em tais reuniões das entidades responsáveis, nomeadamente a ARS através de um dos seus membros, o Dr. António Morais, a Diretora do Centro de Saúde de Montemor-o-Velho e o Presidente da Câmara que gentilmente os acolheu nas instalações da Câmara. Mais refere que com a mudança de instalações a qualidade dos serviços a serem prestados vai melhorar substancialmente, equacionando-se mesmo a vinda de mais pessoal médico e de enfermagem, o que considera deveras importante para o atendimento ao domicílio. Lança por fim um apelo a todos os residentes em Pereira para que se inscrevam na extensão de saúde, pois com mais utentes, os serviços disponíveis só poderão melhorar. Refere por último que tudo o que ficou dito só será possível com as obras de beneficiação, e que estas implicam necessariamente a aprovação por parte da assembleia do usufruto à Câmara Municipal.-----

Susana Ferreira questiona o Presidente da Junta quanto às garantias de concretização do projeto caso a cedência seja efetivamente feita para determinado período de tempo e a Câmara não execute as obras e a extensão de saúde não se concretize tal como combinado, referindo que as pessoas sabem como funcionam as Câmaras Municipais e a ARS.-----

O Presidente da Junta refere que há atas com compromissos assumidos e que tudo está também assegurado com a Notária que aconselhou a que se outorgasse por escritura pública o usufruto, e que para alguns juristas a questão em preço não deveria sequer ser debatida em Assembleia de Freguesia uma vez que se trata apenas de usufruto e não de doação, que não se trata de uma alienação de património. Assegura que desta assembleia, caso resulte uma aprovação, irá ser elaborada uma ata minuta em que o ponto vai ser explicado pormenorizadamente, assegurando que tudo está garantido em ata e acordado com a Câmara Municipal.-----

Manuel Gaspar reitera o que foi assegurado pelo Presidente da Junta, dizendo que tudo está garantido com a transferência, bem como o tempo em que o usufruto permanecerá na posse da Câmara.-----

O Presidente da Junta esclarece que a ARS nada tem a ver com a forma como o assunto está a ser tratado nem mesmo na execução *per se* da obra, sendo que a sua responsabilidade se vai cingir ao fornecimento do equipamento necessário e ao acompanhamento da execução do projeto. De seguida passa aos membros da Assembleia um esboço do projeto para as instalações da extensão de saúde feito pelo arquiteto que esteve no espaço, mencionando que aquele poderá sofrer algumas alterações.-----

Manuel Gaspar refere que apenas poderão surgir algumas alterações pontuais tidas com a localização de espaços para os circuitos de limpos e sujos, sempre em respeito das normas de higiene e limpeza. Continua dizendo que as pessoas que fazem os esboços destes projetos são técnicos com conhecimento rigoroso na área da edificação de instalações de saúde, sendo que serão os próprios que irão supervisionar o edifício e a execução da obra. Refere que a condicionante se prende meramente com o facto de ser um projeto adaptável a uma realidade estrutural pré-existente.-----

Carlos Pinto questiona se o que irá ser implementado é uma Unidade de Saúde Familiar, ao que Manuel Gaspar e o Presidente da Junta respondem que não, e que

tal não depende da vontade do executivo, mas sim da vontade dos profissionais que ali irão trabalhar.-----

Manuel Gaspar esclarece que para que seja implementada uma Unidade de Saúde Familiar na Extensão de Saúde, tudo dependerá dos funcionários que ali irão exercer as suas funções, médicos, enfermeiros e administrativos, porque aqueles trabalham por objetivos que, sendo atingidos, poderão significar um acréscimo ao que auferem. Porém, refere que para a formação de uma USF, tudo dependerá dos utentes efetivamente inscritos, e que esta funcionará por fases, sendo que se estabelecem determinados objetivos a cumprir para a primeira fase que, quando atingidos, passam para a fase seguinte com mais objetivos e mais ambiciosos, progredindo gradualmente até atingirem o terceiro nível, que depois de atingido se deverá manter, caso contrário voltarão à fase inicial. Menciona ainda que todo este processo comporta auditorias exigentes e regulares de supervisão de todo o trabalho a ser realizado.-----

O Presidente da Junta argumenta que as atuais condições da extensão de saúde são péssimas, sendo frequentemente chamados para proceder a reparações várias.-----

Carlos Pinto questiona como irá ser concretizada a obra de reestruturação para o funcionamento das novas instalações da Junta.-----

O Presidente da Junta esclarece que o edifício atual da extensão de saúde, tal como está, não se encontra adequado à finalidade a que se propõe, pelo que vai sofrer alguma intervenção, com obras de baixo custo, que se prendem apenas com o arranjo do chão e pintura das salas existentes.-----

A Presidente da Assembleia em substituição dá por terminada a discussão do ponto três da ordem de trabalhos, que é votado por unanimidade.-----

Antes do encerramento do ponto três da ordem de trabalhos, Carlos Pinto pretende esclarecimentos quanto à aquisição do trator.-----

O Presidente da Junta refere que atendendo ao que se passou na assembleia anterior, foram pedidos novos orçamentos às entidades ali mencionadas, sendo que se os orçamentos que forem eventualmente emitidos comportem as mesmas condições será convocada a reunião com os representantes das diferentes bancadas da assembleia tal como ficou combinado, e que esses representantes se poderão munir também eles de um orçamento. No entanto, avança que o executivo terá já solicitado orçamento a vários vendedores, tais como Benjamin das Meãs do Campo, a Dupla Tração e a NovaPercampo, colocando os membros da Assembleia à vontade para apresentarem



outros orçamentos que entendam por convenientes, lembrando que deverá ser cumprida a exigência legal do compromisso de crédito não ser superior aos sessenta meses já explicado anteriormente. Refere que houve orçamentos que chegaram ao executivo mas que não comportavam o compromisso dos sessenta meses, e que as condições apresentadas na assembleia anterior se referiam a campanhas de verão que podem já não se encontrar válidas. Compromete-se a convocar as pessoas designadas para a reunião assim que o executivo dispuser de mais informação, mas que mesmo com o carácter de urgência mencionado pelo Carlos Pinto, a consulta de mercado terá que ser obrigatoriamente feita. Refere que consultou a jurista da ANAF para os procedimentos a respeitar para a questão específica de aquisição em prestações, e que aquela lhe terá dito que terá que ser mandatoriamente respeitado o prazo dos sessenta meses. Garante por fim que não assumiu qualquer compromisso com nenhum stand de vendas, e que a decisão de aquisição do equipamento a final será da Assembleia, podendo para o efeito ser chamado o tesoureiro que dará a sua opinião de acordo com as propostas ora apresentadas face às modalidades de pagamento.-----

#### **VI - DEPOIS DA ORDEM DO DIA-----**

A Presidente da Assembleia em substituição, dirigindo-se aos presentes no público, questiona se há alguma questão que queiram colocar à mesa da Assembleia, não existindo por parte dos ora presentes quaisquer inscrições para o efeito.-----

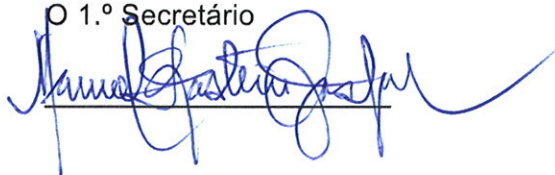
\*\*\*\*\*

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia em substituição declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, irá ser assinada pela Presidente e pelos Secretários.-----

A Presidente da Assembleia (*em substituição*)



O 1.º Secretário



O 2.º Secretário

